

**Projeto de Integração do Rio São Francisco com
Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional
- Projeto Básico Ambiental - PBA -**

Parte C - Item 6



Ago/2005

2255-00-PBA-RL-0001-00

Elaborado por:	
Data:	
Aprovado por:	
Data:	

ÍNDICE

6 –Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos

.....
1

6.1 –Introdução

.....
1

6.2 –Justificativa

.....
1

6.3 –Objetivos do Programa

.....
8

6.3.1 –Objetivos Específicos

.....
8

6.4 –Metas

.....
9

6.5 –Indicadores Ambientais

.....
10

6.6 –Público–Alvo

.....
13

6.7 –Metodologia e Descrição do Programa

.....
13

6.8 –Inter–Relação com outros Programas

.....
18

6.9 –Instituições Envolvidas

.....
18

6.10 –Atendimento a Requisitos Legais e/ou outros Requisitos

.....
18

6.11 –Recursos Necessários

.....
18

6.12 –Cronograma Físico

.....
19

6.13 –Responsáveis pela Implementação do Programa

.....
19

6.14 –Responsáveis pela Elaboração do Programa

.....
19

6.15 –Bibliografia

.....
20

[Anexo I – Cronograma Físico](#)

[Anexo II – Relatório de Campo](#)

[Anexo III – Portaria nº 175, de 3 de Agosto de 2005](#)

6 – PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO E SALVAMENTO DE BENS ARQUEOLÓGICOS

6.1 – INTRODUÇÃO

A área a ser estudada em decorrência da implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, nesta fase dos estudos, se relaciona aos trechos I, II e V que se estenderão no interior dos Estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco, sendo este último o que terá o maior número de municípios envolvidos.

Devido à importância histórica da região, os estudos sobre o Patrimônio Cultural deverão ser objeto de aprofundamento, empreendendo-se pesquisas arqueológicas sistemáticas nos locais onde se instalarão as diversas obras do empreendimento, acrescidas da contextualização sócio-cultural da área de influência como um todo.

A contextualização histórico-cultural, enfim, consiste na principal ação de valorização do patrimônio, correspondendo ao princípio de mitigação dos impactos gerados pelo Projeto de Integração, que se inserirá no cotidiano das populações da área e, conseqüentemente, se incorporando à dinâmica do universo social.

Nesse sentido, aqui se propõe a pesquisa sobre o Patrimônio Cultural da área Projeto de Integração do São Francisco, buscando localizar e diagnosticar os elementos culturais de interesse, propondo ao final as medidas necessárias para sua preservação.

Aplicam-se, nos estudos, as normas estabelecidas pelo IPHAN, segundo as portarias 007/88 e 230/02, assim como o Decreto 3.551/00 e a Lei Federal 3.924/61.

6.2 – JUSTIFICATIVA

O estudo sobre o Patrimônio Cultural compreende uma diversidade de elementos sócio-culturais que tem sua origem na dinâmica histórica da área que se pretende estudar, associando-se os elementos materiais que dela são

decorrentes e também as características atuais das populações, que guardam permanências deste passado em seus traços culturais.

Para o aprofundamento da análise sobre o patrimônio cultural na área de implantação do Projeto de Integração, por este envolver uma obra de engenharia, um de seus aspectos básicos diz respeito ao limite espacial que esta normalmente estabelece. No caso da área de construção, a linearidade e a extensão do traçado são os fatores preponderantes, representando os parâmetros básicos para se projetar o universo cultural envolvido. Desta forma, se for considerada a largura da área diretamente afetada, o espaço que esta abrange é restrito¹ (200m). No entanto, ao se somar esta largura a uma extensão de centenas de quilômetros, como é o caso da área do empreendimento, a diversidade de ambientes atravessados proporciona uma complexidade à área a ser estudada, devido aos diferentes parâmetros de análise envolvidos, relacionados aos aspectos físicos (diferenças geomorfológicas, existência de várias bacias hidrográficas, etc.) e também as particularidades históricas da região.

Estes aspectos históricos, que são o fundamento para a compreensão do processo de ocupação humana e sua caracterização se delimitam, por sua vez, através de parâmetros próprios, que não se fundamentam em medidas lineares ou áreas definidas em metros quadrados.

Mesmo o sítio arqueológico, no qual a materialidade compreende uma de suas características básicas, é marcado pela permanência de partes de seu contexto geral, alterado pelos eventos integrados na conservação dos vestígios.

O sítio, porém, é um ponto de partida para a análise, a qual se direciona para uma série de relações da população com seu entorno, o que faz com que seu estudo do sítio se pautem na compreensão da área de sua influência, onde podem ser inseridos os sistemas de trocas culturais entre diferentes grupos humanos, as estratégias de localização em relação à obtenção de recursos e aspectos da sazonalidade da ocupação. Outros fundamentos, de caráter simbólico, que se associam ao grupo humano, também estão inseridos no estudo, embora suas características sejam usualmente hipoteticamente construídas, baseadas em conceitos-chave das ciências sociais.

¹ Vale ressaltar que este dimensionamento é bastante arbitrário se for considerada a escala de uma ocupação pré-histórica, pois determinados sítios onde esta não foi tão prolongada ou um bloco com pinturas rupestres podem ter uma extensão inferior aos 30m da largura da faixa.

Por outro lado, segundo uma orientação teórico-metodológica desenvolvida no âmbito da Arqueologia Comportamental (Behavioral Archaeology), esse simbolismo vai de encontro à materialidade cultural presente nos sítios arqueológicos e na paisagem, remanescentes culturais que estão concretamente relacionados à implantação das obras de engenharia, dada suas características intrínsecas.

O estudo dos aspectos culturais, nesta forma de análise, associa-se a elementos comportamentais, que são importantes fontes de pesquisa, respeitando-se suas diversas escalas de abrangência: a de interação, a da atividade e a sistêmica (La Motta & Schiffer, 2002:18-19), partindo-se da relação entre indivíduo-artefato, a atividade realizada por um grupo a partir de um tipo de material e finalmente a relação sistêmica, do grupo com o mundo material.

Sob esta perspectiva, então, o arqueólogo deve buscar as possíveis localizações de sítios e compreender a situação dos mesmos nos ambientes e também apreender as características do interior das comunidades, conferindo ao artefato uma forma de estabelecer os parâmetros sobre os quais se desenvolverá a compreensão das características da sociedade e de suas mudanças sincrônicas e diacrônicas.

Para a localização dos locais de interesse para o Patrimônio Cultural, os recursos disponíveis no contexto do empreendimento do Projeto de Integração, compreendem uma diversidade de informações, com ênfase nos dados preexistentes, das pesquisas realizadas no âmbito do EIA/RIMA, os mapeamentos disponíveis sobre a área e os recursos de digitalização das informações obtidas para dinamizar os trabalhos de avaliação e interpretação desenvolvidas em campo.

Nos resultados dos estudos realizados no EIA/RIMA, a alta potencialidade da área de implantação do Projeto de Integração, com ênfase no papel do rio São Francisco como via de integração do litoral com o interior desde o período mais recuado da ocupação humana regional, se revela pelas inúmeras referências a sítios pré-históricos e do período colonial (acampamentos, aldeamentos, sítios rupestres, antigas fazendas, cemitérios e outros locais

apropriados pelas populações pretéritas) que foram estudados ou apenas registrados nos municípios da área.

Essas evidências servem como indicativos para os procedimentos a serem seguidos durante o aprofundamento dos estudos e deverão ser avaliadas, discutindo o conhecimento já existente e os dados agregados durante os estudos do Programa. Estas informações contribuirão, certamente para o enriquecimento sobre a história da área estudada revelando novos elementos para a compreensão da dinâmica populacional que ali se processa desde o passado mais remoto.

- Aspectos históricos da região a ser impactada pelo empreendimento

A formação histórica do Nordeste se desenvolveu em um contexto diversificado, em que várias influências culturais contribuíram na conformação de suas sociedades. A colonização portuguesa foi bastante influenciada pelos traços indígenas e dos escravos africanos, mas, neste processo, também outros povos europeus, em particular os holandeses, deixaram suas marcas na memória social.

Essa diversidade de influências culturais, entretanto, já seria comum nos períodos mais recuados, quando uma grande variedade de etnias se estabeleceu na região e deixaram seus vestígios nos sítios arqueológicos e nas etnias formadoras do universo populacional encontrado no século XVI.

As primeiras ocupações humanas na Região Nordeste em caráter mais abrangente remontam a um período bastante recuado (cerca de 10 mil a 11 mil anos atrás²), com populações de caçadores-coletores que viviam preferencialmente nos ambientes úmidos dos brejos. Da mesma época ocorrem pinturas rupestres que se encontram amplamente distribuídas na região e, em cerca de 6 mil anos atrás, são registradas as gravuras rupestres, associadas a diversos rios e lagoas do sertão. Dessas últimas, um dos mais notáveis exemplos está no sítio denominado Pedra do Ingá, no município de mesmo nome, na Paraíba.

² Datas mais antigas, com cerca de 50.000 anos foram registradas nas pesquisas realizadas na Serra da Capivara, Piauí, coordenadas por Niède Guidon (MARTIN, 2002:22).

Embora haja registros de datações de cerca de 3000 anos para o material cerâmico, em época mais recente (cerca de mil e quinhentos anos atrás), estão registrados aldeamentos e cemitérios onde grupos pré-históricos, provavelmente agricultores, deixaram diversos tipos de cerâmica utilitária ou urnas, estas sendo utilizadas para enterrar seus mortos. Algumas dessas populações foram encontradas pelos portugueses no ano de 1500, sendo as litorâneas genericamente denominadas Tupiguarani. Para o interior, um outro grupo registrado nos dados arqueológicos é o do tronco linguístico Macro-Jê, usualmente associado à Tradição Aratu, conhecida pelos numerosos sítios-cemitério encontrados em várias partes do Nordeste e também no Centro-Oeste e Sudeste do Brasil.

Em termos de diversidade cultural, a região nordestina é uma das mais importantes em ocorrências arqueológicas, reunindo condições favoráveis relacionadas à conservação dos vestígios, associadas ao clima semi-árido que se apresenta no seu interior. A antigüidade do registro arqueológico ali encontrado é outra característica que reforça seu potencial para a compreensão do processo de ocupação iniciado no período pleistocênico (Guidon, 1992) e que vem revelando uma riqueza infindável de formas de apropriação do ambiente natural pelos grupos humanos que ali viveram.

Nesse sentido, o panorama atual da área correspondente ao Projeto de Integração tem como referência as áreas arqueológicas conhecidas³ e os resultados disponíveis de projetos de pesquisa concluídos ou em andamento.

As descobertas realizadas pelas equipes das universidades e centros de pesquisa nordestinos compreendem um conjunto rico e variado de sítios rupestres (com gravuras e pinturas), ocupações de caçadores (onde pontas de projéteis provavelmente se prestariam à caça da fauna de grande porte – a megafauna, típica do período pleistocênico); aldeamentos de agricultores ceramistas; e necrópoles indígenas (onde os esqueletos encontrados

³ Área Arqueológica – divisão geográfica que compartilha das mesmas condições ecológicas e na qual está delimitado um número expressivo de sítios pré-históricos. Estes correspondem a assentamentos humanos onde se tenha observado condições de ocupação suficientes para se poder estudar os grupos étnicos que os povoaram. Para o estabelecimento de uma área arqueológica, parte-se, teoricamente, do estudo geomorfológico prévio de uma determinada microrregião que seja adequada para se iniciar a pesquisa arqueológica e, em seguida, realizam-se prospecções extensivas nessa área escolhida (MARTIN, 1997:87).

proporcionam uma valiosa fonte de estudo sobre as condições de vida das sociedades pré-históricas).

Em Pernambuco, no Sub-médio São Francisco, sítios da Tradição⁴ Itaparica estão associados a uma das mais antigas ocupações humanas do Nordeste e demonstram que esta região apresenta uma grande riqueza cultural. Nas áreas estudadas foram encontrados raspadores e pontas líticas, gravuras rupestres e vasilhames cerâmicos (urnas funerárias da chamada Cerâmica Cabrobó), sendo estes últimos também recuperados em ilhas fluviais do São Francisco, como é o caso das Ilhas de Assunção (município de Cabrobó-PE), do Pontal, Itacuruba, da Viúva e Zorobabel.

Em Arcoverde, há cerca de 100 sítios arqueológicos de pinturas e gravuras rupestres, em que se destacam os matacões de granito com pinturas e os abrigos rochosos em áreas de várzea ou de piemonte, com olhos d'água nas proximidades.

No município de Salgueiro, situado no semi-árido pernambucano, vários sítios rupestres e tanques com ossos de megafauna e artefatos líticos, revelam a importância destes depósitos para a pesquisa dos sítios mais antigos.

No Ceará, onde há poucas referências arqueológicas sistemáticas devido à escassez de pesquisas científicas no Estado, existem relatos orais que indicam a presença de sítios de pinturas rupestres e/ou de achados fortuitos, como lâminas de machado e vasilhames cerâmicos, os quais foram encontrados nos municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Assaré e Campos Sales. Em Mauriti, Nova Olinda e Santana do Cariri, existem também informações orais sobre a existência de outros sítios rupestres.

Nas pesquisas arqueológicas sistemáticas que vem sendo implementadas em períodos mais recentes no Ceará, destacam-se os resultados alcançados nos estudos do Vale do Jaguaribe, em terras dos municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte em que materiais cerâmicos, líticos e pinturas rupestres foram registrados. Finalmente, na região do Cariri, em Juazeiro do Norte,

⁴ Tradição: “grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal” (PRONAPA, 76); uma seqüência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo um dos outros, e formam uma continuidade cronológica” (SOUZA, 1997:124).

Crato e Nova Olinda ocorrem sítios rupestres das Tradições Agreste e Nordeste.

Na Paraíba, o conhecimento arqueológico da região se diferencia bastante do encontrado no Ceará, tendo sido realizados levantamentos em vários municípios que identificaram sítios arqueológicos em Sousa, Vieirópolis, São Francisco e Triunfo, sendo que pelos menos dois sítios são de Itaquatiaras. O Sítio Pedra do Ingá, no município de Ingá, certamente o mais conhecido da Tradição Itaquatiara é um exemplo singular deste tipo de arte rupestre⁵.

Aldeamentos indígenas promovidos por padres missionários durante o período colonial brasileiro deram origem a diversos núcleos de povoamento no interior do Nordeste, e que são apontados como os pólos originais de vários municípios atuais, como Crato, no Ceará. Tais episódios de colonização ainda não foram alvos de pesquisas arqueológicas específicas e detém grande importância para o estudo científico, sobretudo sobre o contato entre o europeu e o índio. Missões religiosas como a de Miranda, na região do Cariri cearense e a da Ilha de Assunção, no município de Cabrobó, em Pernambuco, são alguns exemplos deste processo, os quais merecem melhores estudos arqueológicos.

A formação da sociedade nacional envolvia também outro elemento subordinado, o africano, que igualmente contribuiu para a construção da Nação Brasileira atual. Os movimentos de resistência, basicamente caracterizados pelos quilombos, constituem uma tentativa de manutenção da identidade deste grupo e traduzem outro aspecto necessário para a compreensão de nossa história.

Na região do Projeto de Integração, a contribuição dos escravos africanos em áreas de produção açucareira e, principalmente, nas de algodão e de criação de gado, ainda demanda melhor estudo, mas sabe-se que os escravos foram elementos importantes no processo de formação de vários municípios.

Embora nem sempre atuassem diretamente nas atividades econômicas principais, como a criação de gado (já que sempre havia o perigo de evasão em função da liberdade que tinham neste trabalho), os escravos de origem

⁵ O sítio é tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e localiza-se próximo à sede municipal (cerca de 6 km), às margens do Riacho Ingá do Bacamarte.

africana foram utilizados nos serviços que sustentavam esta atividade, como a construção de muros e cercas, estradas, cacimbas e no serviço doméstico.

Eles também acabaram substituindo os indígenas nos engenhos, pois pela desestruturação cultural decorrente de sua captura e afastamento de seu local de origem os tornavam mais facilmente moldáveis ao sistema produtivo implantado na colônia.

Tais ações produzidas por escravos, também foram materializadas em construções, e objetos do uso cotidiano, que expressam seus mais variados tipos de organização e relação sociais e ambientais, no contexto de cada período cronológico e espacial da época. Esta materialização pode ser alvo de estudos arqueológicos e que podem ser encontrados na área de abrangência do Projeto de Integração.

A atuação de outros povos europeus no Nordeste, sobretudo holandeses e Franceses, redefinindo as organizações sociais vigentes no período colonial, também podem ser identificadas no estudo da cultura material da época.

Finalmente, essa diversidade de elementos culturais que influenciaram a dinâmica de ocupação humana histórica no Nordeste foi materializada em objetos, construções, usos do espaço, áreas de atividades apropriadas e transformadas a cada sociedade estabelecida num determinado período cronológico e espacial. O resgate desse passado se torna crucial, portanto, para a valorização do Patrimônio Cultural local e regional e repasse para a sociedade.

6.3 – OBJETIVOS DO PROGRAMA

O objetivo principal do Programa é o diagnóstico sobre o patrimônio cultural da área a ser atingida pelas obras de engenharia do Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

6.3.1 – Objetivos Específicos

- O aprofundamento da interpretação sobre o processo de ocupação humana da área de estudo com base nos elementos históricos e etnográficos;

- Análise da base cartográfica do empreendimento e outros mapeamentos sobre a área impactada para a indicação dos locais a serem prospectados;
- Prospecções arqueológicas sistemáticas no traçado do Projeto de Integração, particularmente na área de implantação das obras civis, com identificação de locais de interesse cultural e dos sítios arqueológicos, direta ou indiretamente afetados;
- Proposição de medidas de proteção das áreas e sítios arqueológicos possíveis de sofrer impactação pelo empreendimento;
- Divulgação dos resultados da pesquisa para as comunidades envolvidas no empreendimento e para as instituições de interesse.

6.4 – METAS

Em conformidade com os objetivos do programa, as metas a serem alcançadas compreendem:

- O aprofundamento dos aspectos históricos e etnográficos da ocupação da área afetada pelo empreendimento;
- A adequação dos estudos de campo aos diversos locais envolvidos nas obras civis, distinguindo-se os diferentes aspectos do empreendimento, como os reservatórios, canais, aquedutos, túneis, entre outros;
- A formulação de hipóteses sobre a ocupação pretérita da área a ser estudada e avaliação diante dos elementos culturais evidenciados durante as prospecções arqueológicas;
- Análise sobre os elementos sócio-culturais das comunidades da Área Diretamente Afetada e seu entorno com ênfase nos aspectos imateriais;
- Proposição de medidas mitigadoras em relação aos impactos gerados pelo empreendimento sobre o Patrimônio Cultural;
- Reconhecimento e valorização do Patrimônio Cultural por parte da comunidade afetada pelo Projeto de Integração.

6.5 – INDICADORES AMBIENTAIS

A hipótese de ocupação baseada nas informações históricas, culturais e arqueológicas norteará os indicadores ambientais, ou seja, a sua identificação seguirá um critério de relacionamento com o modo de vida e atividades de subsistência, assim como estratégia de segurança e organização espacial, estabelecendo formas de associação entre o ambiente natural e os vestígios arqueológicos, produzidos a partir de diferentes tradições culturais identificadas na área.

Assim, numa primeira tentativa de identificar os indicadores ambientais serão analisado os dados do meio-físico de geologia, geomorfologia, vegetação e solos compilados das unidades ambientais (escala 1:100.000) definidas no EIA/RIMA, relacionando as características predominantes nas unidades físicas identificadas e os aspectos significativos para o assentamento humano, como as zonas de relevo plano, suave ondulado e ondulado assim como as distâncias das margens dos cursos d'água mapeáveis nesta escala. Tanto as áreas de relevo e as inseridas ou próximas às distâncias estabelecidas dos cursos d'água serão consideradas, preliminarmente, de potencialidade arqueológica.

Tomadas como ponto de partida para o aprofundamento dos estudos, estas informações serão acrescidas do conhecimento sobre o histórico da área, sempre buscando estabelecer os parâmetros para a avaliação de prováveis locais de importância cultural, realizando-se um cruzamento da totalidade de informações para que os procedimentos possam estar integrados à realidade local.

Deste modo, embora a base cartográfica seja o fundamento de análise, a observação e a interpretação estarão diretamente associadas à base de conhecimento gerada a partir dos dados históricos e aspectos locais de sítios arqueológicos conhecidos.

O universo imaterial também será incorporado, partindo da premissa de que a apropriação do ambiente pelos grupos sociais se integra à visão de realidade que eles detêm e também a interpretação que fazem sobre seu papel neste

contexto⁶. Estes fatores, que deverão estar inseridos na análise, contribuirão para o estabelecimento de parâmetros comparativos em relação à proposta de pesquisa.

Diante da intensa variabilidade da caracterização das fontes e da realidade a ser pesquisada, a pesquisa define-se pela necessidade de uma dinâmica no que diz respeito à avaliação técnica sobre a existência de elementos culturais merecedores⁷ de serem preservados. Os elementos selecionados pelo papel que possuem diante do universo estudado deverão ter seus parâmetros analisados de forma o mais abrangente possível, diante de sua inserção na caracterização da área de implantação do empreendimento e por se tratarem de locais que possam sofrer interferências em decorrência das obras. Para os que apresentarem o interesse neste sentido serão buscados os meios de sua conservação ou de minimizar a ação destrutiva através do salvamento arqueológico e medidas de valorização do patrimônio cultural.

Os elementos culturais selecionados deverão ser reconhecidos por sua relevância, sendo este um aspecto que também merece ponderação⁸. Ao considerar um local importante do ponto de vista cultural os elementos reunidos deverão ser detalhados de maneira clara, possibilitando o reconhecimento dos parâmetros utilizados.

No caso dos sítios arqueológicos e em relação ao estado de conservação dos vestígios culturais ali reunidos, a definição a ser aplicada envolve a condição em que se encontram, com graus menores ou maiores de integridade do contexto arqueológico, revelando sua suscetibilidade a novas alterações no local de sua ocorrência.

⁶ Guardada a devida proporção, neste contexto aplica-se a análise feita por Albuquerque Jr. (1999), utilizando-a como forma de reflexão sobre as concepções adotadas pela equipe de pesquisa.

⁷ Essa caracterização do sítio arqueológico e sua relevância cultural incluem uma discussão de alto grau de complexidade, pois a avaliação deste remete a uma questão específica e, conseqüentemente, ao tema do estudo que se pretende realizar. Este processo, no caso de uma pesquisa em área de um empreendimento de engenharia, define-se por outros critérios que não o da compreensão de uma parcela cultural da sociedade, seja esta cronológica ou espacial. Deste modo, a relevância do sítio perde o sentido diante dos objetivos compreendidos na identificação de sítios e sua situação diante do impacto imediato da obra. A avaliação da importância e do interesse científico do contexto arqueológico passaria por outra instância de análise, incompleta na proposta aqui considerada.

⁸ O real significado de relevância nos sítios arqueológicos demanda uma análise sistêmica apurada, tratando-se aqui de uma generalização que deverá ser aprofundada na análise do conjunto de sítios.

Tem-se como premissa básica para a avaliação o fato de que qualquer forma de intervenção no terreno consiste em um dano irreversível ao sítio arqueológico, já que a própria escavação arqueológica altera a distribuição espacial existente, restando apenas a descrição de quem a realizou.

Sendo assim, os indicadores considerados para que se possam avaliar os procedimentos definidos durante a implementação do programa de arqueologia, se baseiam, a princípio, no grau de integridade apresentada pelos sítios que vierem a ser identificados na área estudada, segundo as categorias genéricas apresentadas a seguir:

- Sítios intactos – onde os materiais culturais preservam seu contexto com um mínimo de perturbação da estratigrafia e distribuição espacial dos vestígios;
- Sítios com grau de integridade médio – sítios que apresentam parte do seu contexto deposicional alterado, com relevância média do ponto de vista interpretativo;
- Sítios com grau de integridade baixo – sítios que ainda têm seu contexto deposicional passível de ser estudado, mas que se encontram com alto grau de perturbação estratigráfica e espacial, de difícil reconstrução sócio-espacial;
- Ocorrências arqueológicas – locais onde são encontrados vestígios arqueológicos fora de contexto deposicional, sendo representado por poucos remanescentes da ocupação humana pretérita.

As decisões poderão ser tomadas em conformidade com a relevância de um elemento cultural diante de um universo sócio-cultural abrangente. Esta característica, porém, remete ao grau de conhecimento adquirido sobre uma realidade que se encontra em construção. O sítio arqueológico, uma sobrevivência de um passado, relativamente próximo, como no caso de elementos históricos coloniais, ou mais recuado, próprio da pré-história, torna-se um objeto a ser incorporado em um conjunto mais amplo, generalizante, concebido a partir do conhecimento que se detém na situação presente.

Suas características particulares, entretanto, não podem ser abandonadas, respeitando-se o caráter de unicidade que detém diante de um ambiente natural e antrópico que nem sempre é favorável a sua existência. Este fato, dessa maneira, deverá prevalecer na decisão e avaliação de sua significância e definição do grau de importância em termos do potencial explicativo sobre a ocupação humana do local de seu achado e sua contribuição em um espaço mais amplo de atuação do grupo humano a que ele se relaciona.

A partir disso, a área de impactação pelo empreendimento será a base para a análise, servindo para que os critérios discriminadores da situação em que se encontra o sítio identificado sirva como mediadora da análise e propicie uma sistematização dos trabalhos e também dos resultados no sentido de identificar os reais elementos históricos e arqueológicos envolvidos e ameaçados pela interferência das obras civis.

Por fim, a sobreposição das áreas de provável ocupação ou de exploração (hipótese) e as áreas de potencial arqueológico definidas a partir dos indicadores ambientais descritos (nos diversos níveis) produzem a inter-relação necessária para se discutir a validade dos critérios aplicados.

6.6 – PÚBLICO-ALVO

A caracterização do Patrimônio Cultural na área estudada deverá ser aplicada nas medidas de preservação e valorização voltadas para as comunidades da área do empreendimento e para o pessoal envolvido nas obras civis.

6.7 – METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Os trabalhos na área do Projeto de Integração se desenvolverão de modo a adequar as características diferenciadas da área como um todo, pautando-se sobre diversos parâmetros, desde as diferenças básicas das estruturas a serem construídas às características intrínsecas a cada trecho envolvido nesta fase das obras.

Desta forma, o processo de formação dos municípios de cada trecho deverá ser considerado, associado ao que se conhece da região onde se inserem.

No que tange a área diretamente afetada, o aspecto do entorno deverá também ser levado em conta, avaliando-se a conformação das localidades onde foram encontrados vestígios arqueológicos.

Esse quadro cultural será complementado em um segundo momento com os dados históricos reunidos na região de pesquisa e outros aspectos das comunidades envolvidas, enriquecendo a análise e contextualizando a inserção do empreendimento.

Os dados já reunidos nas pesquisas anteriores, compreendendo o achado de sítios arqueológicos e as informações históricas disponíveis, deverão ser incorporados à avaliação de campo, considerando-se, além disso, que durante a realização dos trabalhos os dados coletados na área de pesquisa serão valiosos no processo de *feedback* para a geração de conhecimento sobre a área.

Esse conhecimento, fundamentado nos dados históricos, sociais e ambientais, que se encontram entrelaçados no contexto de ocupação da área, fornecem indicativos para a análise da distribuição de locais prováveis quanto à ocorrência de evidências do patrimônio cultural e arqueológico.

Na seqüência dos procedimentos para definição das áreas onde se desenvolverão as prospecções, os dados da pesquisa documental servem como a primeira fonte de conhecimento sobre a área. Nesta etapa, as diversas informações compiladas serão avaliadas em face da escala do material cartográfico existente, discutindo-se o potencial (conforme a escala) de ocorrência de sítios arqueológicos na área estudada. Esse procedimento se fundamenta na proposição de que em concordância com os dados da pesquisa bibliográfica, o material cartográfico básico existente possibilitaria, em escalas de maior detalhe, uma melhor associação das informações históricas, arqueológicas e ambientais, propiciando o estabelecimento da distribuição espacial mais provável dos sítios arqueológicos.

Neste caso, frente às dimensões que comumente possuem os sítios arqueológicos e a escala (1:100.000) em que foram realizados os estudos do EIA/RIMA, será efetuada uma análise mais detalhada nas áreas classificadas como de maior potencial na área do projeto. Desta maneira, serão utilizadas

as cartas planialtimétricas, escala 1:100.000 (IBGE/SUDENE/DSG), onde se procurará definir os indicadores ambientais como a topografia (classes de relevo), o sistema de drenagem (distância do curso d'água), tipos de rocha, áreas de ocupação (estudo diacrônico de indícios da ocupação pretérita) e a toponímia (nomes de morros, rios, córregos e fazendas que estão relacionados à ocupação pretérita, como engenho, mocambo, etc.).

Estando disponível mapeamento de maior detalhe, a observação dos elementos relacionados na escala anterior e demais morfologias de interesse, propicia o delineamento de locais a serem prospectados e o nível distanciamento adequado.

Por fim, a sobreposição das áreas de provável ocupação ou de exploração (hipótese) e as áreas de potencial arqueológico definidas a partir dos indicadores ambientais descritos (nos diversos níveis) produzem a inter-relação necessária para se discutir a validade dos critérios aplicados.

Na área diretamente afetada, com 200m de largura, a pesquisa de campo será intensificada, avaliando-se, através da prospecção arqueológica, os elementos culturais existentes (aí incluídos tanto os sítios arqueológicos como outros locais de interesse cultural, segundo os parâmetros de apropriação da população das localidades atingidas).

Os padrões arqueológicos serão sistematicamente utilizados como importantes balizadores na avaliação e interpretação das características ambientais reconhecidas. Assim, informações obtidas de pesquisas arqueológicas que foram empreendidas em outras áreas ambientalmente semelhantes à área estudada serão consideradas.

A formação do quadro explicativo sobre o conjunto de sítios e sua situação diante da área de obra será o passo seguinte, quando serão avaliadas junto com o pessoal da engenharia as condições em que se desenvolverão os trabalhos com respeito às características de ambas as atividades (civis e de pesquisa arqueológica) e de acordo com as normas legais inerentes ao Patrimônio Cultural, com ênfase no arqueológico e no intangível.

As intervenções arqueológicas resumirão as sondagens de maneira sistemática ao longo da faixa de domínio, canteiro de obras e acessos ao local construção.

A seqüência das atividades se baseará no cronograma de obras, adequando-se as prospecções para a liberação das áreas, com ausência de vestígios arqueológicos, para as intervenções da engenharia. Outras sondagens, no entanto, poderão ser necessárias em intervalos inferiores, tanto no sentido dos eixos dos canais como na largura da área diretamente afetada, por se tratar de área significativa arqueologicamente, onde o processo deposicional possa ser favorável.

As dimensões das sondagens foram definidas a princípio em 100 X 100 cm e 100 X 50 cm e as tradagens possuem um diâmetro de 12” (cerca de 30cm), seguindo um padrão que vem sendo aplicado nas prospecções já realizadas pela equipe, ou seja, a abertura das mesmas a cada 200 m, em média. Tal procedimento tem alcançando resultados satisfatórios. A varredura do terreno, com a observação visual dos elementos paisagísticos e demais elementos relevantes (cortes de estrada, escavações de origem natural e antrópica) também será aplicada, buscando observar as características relevantes para o Patrimônio histórico-cultural da área.

A profundidade estará de acordo com a estratigrafia dos locais prospectados, sendo possível, desta maneira, verificar a existência de vestígios ou de indicativos de ocupações humanas pretéritas. A partir daí, serão definidos os locais a serem liberados para as obras e os que deverão ser interditados devido à ocorrência de sítios arqueológicos.

O registro das atividades será feito em ficha específica de prospecção, com fotos e croquis e os dados básicos serão sintetizados em informes das atividades.

Os eventuais materiais arqueológicos encontrados nas intervenções arqueológicas em sub-superfície (sondagens e tradagens) serão objeto de coleta e, depois de analisados, enviados para Instituição de apoio ao projeto. Em seguida, informar-se-á imediatamente a equipe de engenharia, indicando a delimitação da área⁹. A decisão sobre os procedimentos necessários para o salvamento, caso este seja necessário, farão parte de relatório específico a ser

⁹ A área de interdição do sítio arqueológico será definida a partir dos materiais encontrados e da avaliação mais detalhada da área de entorno da sondagem, buscando delimitar a área de ocorrência de vestígios e informar onde deverão ser tomados os cuidados durante as obras e fundamentar as medidas de preservação do sítio.

apresentado ao Ministério da Integração e ao IPHAN para análise e avaliação das medidas que garantam a preservação do patrimônio arqueológico.

A partir desse momento, as decisões a serem seguidas compreendem a recomendação dos procedimentos de salvamento ou a solução consensual de evitar a ação impactante para que o sítio mantenha sua integridade nas condições encontradas. Qualquer um dos resultados dessa avaliação deve ser objeto de informação ao órgão específico, o IPHAN, para sua aprovação quando então as medidas e recomendações deverão ser seguidas, atendendo às exigências naturais ao processo de licenciamento das atividades.

a) Seqüência das operações a serem realizadas

Para o desenvolvimento do programa foram estabelecidos os seguintes procedimentos:

- Análise e interpretação do material bibliográfico e documental levantado;
- Prospecção arqueológica na área do empreendimento para a identificação de sítios, tendo como apoio informações orais e documentais;
- Prospecção sistemática por sondagens e/ou tradagens com uma média de 200m de intervalo, cabendo uma variação neste espaçamento linear a partir de critérios observados no campo;
- Levantamento oportunístico em locais de boa visibilidade (áreas de terreno exposto por arado, erosão ou animais) ou pela indicação das informações orais, com ênfase na faixa de 200m;
- Realização de sondagens extras para avaliação das condições do sítio e sua caracterização;
- Registro fotográfico das áreas de interesse e dos procedimentos de campo e laboratório;
- Montagem de um índice geral com a ficha de cada sítio encontrado contendo as informações básicas a seu respeito, conforme modelo do IPHAN “ficha de registro de sítio arqueológico” publicada no D.O. 228 de 27/11/1998;

- Divulgação junto à comunidade dos dados obtidos através de contatos institucionais e envio de relatório final dos resultados.

6.8 – INTER-RELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS

A articulação deste Programa com outros programas que fazem parte do PBA é de fundamental importância. Destaca-se a integração com o de Comunicação Social, através da divulgação dos aspectos dos estudos a serem implantados no processo de construção e pelas informações que podem ser obtidas nos contatos com a população local; com o de Reassentamento de Populações, ressaltando os aspectos das áreas ocupadas e características culturais ali existentes; e o PAC, inserindo nos procedimentos da construção as ações de preservação dos elementos culturais que venham a ser afetados pelo empreendimento.

6.9 – INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

A realização do Programa está condicionada a emissão de portaria de pesquisa pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, e sua implantação envolverá as instituições culturais dos municípios da área estudada, efetuando-se os contatos para a divulgação dos resultados da pesquisa e ações educativas.

6.10 – ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS E/OU OUTROS REQUISITOS

Este programa se realizará segundo a Lei Federal 3.924/1961 e as normas estabelecidas nas Portarias 007/1988 e 230/2002 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, e Decretos-Lei 25/1937 e 3.551/2000.

6.11 – RECURSOS NECESSÁRIOS

Para a execução do Programa serão necessários os documentos descritivos sobre o empreendimento e os trabalhos de campo incluem o uso de equipamentos de localização (GPS), rádios-comunicadores, equipamentos de topografia, máquinas fotográficas, computadores portáteis e ferramental para

a execução das intervenções arqueológicas. Os trabalhos serão implementados por três equipes que percorrerão todo o traçado, necessitando de veículos com tração, adequados também para o transporte dos materiais de campo.

Na curadoria, os materiais serão tratados e registrados, para então serem acondicionados em caixas apropriadas, acompanhados de fichas de registro das peças coletadas.

6.12 – CRONOGRAMA FÍSICO

As atividades propostas neste plano de trabalho compreendem um período de 330 dias, dividido em três etapas.

A primeira etapa refere-se à mobilização e ajuste do projeto aos dados disponíveis sobre a área de pesquisa, compreendendo 30 dias.

A segunda etapa diz respeito às prospecções arqueológicas a serem realizadas em período de 120 dias, antes da implantação das obras civis na área do empreendimento. Nesse período também são consideradas atividades de Educação Patrimonial nos municípios envolvidos.

A terceira compreende a elaboração de um relatório parcial, ao fim dos trabalhos de campo, com os resultados das pesquisas, e o final, descrevendo as ações de divulgação dos resultados, estendendo-se por 180 dias.

O Cronograma Físico do Programa é apresentado no Anexo I.

6.13 – RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

A implementação do Programa de Identificação e Salvamento do Patrimônio Arqueológico será de responsabilidade do Empreendedor.

6.14 – RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA

A coordenação do Programa será de responsabilidade da Arqueóloga Lígia Zaroni.

A equipe técnica envolvida no Programa será constituída de arqueólogos, historiador, geógrafo, paleontólogo, técnicos de nível superior e auxiliares de pesquisa (de campo e laboratório) que executarão os serviços de campo, de curadoria (registro e análise do material coletado em campo) e de Educação Patrimonial junto às comunidades da área do empreendimento.

6.15 – BIBLIOGRAFIA

GUIDON, N. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: **História dos Índios no Brasil**. São Paulo. 1992.

LA MOTTA, V. M. & SCHIFFER, M. B. Behavioral Archaeology: toward a new synthesis. In: HODDER, I. (Ed.) **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press. 2002, p. 14 – 64.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1997.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2002. (atualizada)

SOUZA, A. M. de. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

ANEXOS

ANEXO I – CRONOGRAMA FÍSICO

ANEXO II – RELATÓRIO DE CAMPO

ANEXO III – PORTARIA N° 175, DE 3 DE AGOSTO DE 2005

Edição Número 149 de 04/08/2005

PORTARIA N º 175, DE 3 DE AGOSTO DE 2005

Dispõe sobre a permissão para realizar o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural e Prospecções Arqueológicas - Integração do Rio São Francisco, na área do Nordeste Setentrional Brasileiro.

O GERENTE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E NATURAL DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, nos termos da Portaria IPHAN nº 207, de 13.09.04, publicada no D.O.U., Seção 2, de 15.09.04 e de acordo com o disposto no Anexo I, do Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004, na Lei nº 3.924, de 26.07.61, na Portaria SPHAN nº 7, de 01.12.88, e ainda do que consta do processo administrativo nº 01498.000108/2005-23, resolve:

I -Expedir a presente PERMISSÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, à arqueóloga Lígia Maria Zaroni para, com o apoio institucional do Departamento de Letras e Ciências Humanas do Curso de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), realizar as atividades do Programa de Prospecções Arqueológicas e Preservação do Patrimônio Cultural na Área do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, na área diretamente afetada pelas obras, com uma faixa de 200m, consistindo dos eixos Norte, Trechos I, II (entre as coordenadas UTM E449920; N9055524 e E542390; N9216914) e Leste, Trecho V (entre as coordenadas UTM E565690; N9026832 e E705349; N9127407), que abrangem os municípios de Cabrobó, gueiro e Verdejante(Pernambuco), Jati, Brejo Santo, São José das Piranhas, Monte Horebe, Cajazeiras(Ceará e Paraíba), Betânia, Sertânia, Floresta, Custódia e Monteiro(Pernambuco e Paraíba).

II -Reconhecer como coordenadora dos trabalhos de que trata o item anterior a arqueóloga detentora da presente permissão, cujo projeto se intitula "Programa de Preservação do Patrimônio Cultural e Prospecções Arqueológicas - Integração do Rio São Francisco".

III -Reconhecer a arqueóloga designada coordenadora dos trabalhos como fiel depositária, durante a realização das etapas de campo, do eventual material arqueológico recolhido ou de estudo que lhes tenha sido confiado.

IV -Determinar à 5ª Superintendência Regional do IPHAN, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

V -Condicionar a eficácia da presente permissão, à apresentação, por parte da arqueóloga coordenadora, de relatório final ao término do prazo fixado nesta Portaria, contendo todas as informações previstas no artigo 12 da Portaria SPHAN nº 7, de 01.12.88.

VI -Fixar o prazo de validade da presente permissão em 12 (doze) meses, observada a disposição do item anterior.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO JOSÉ DIAS